

Editorial

Os debates brasileiros em torno da reivindicação e afirmação dos direitos LGBT+ como direitos humanos são recentes e datam do fim da década de 1990. Seguindo as agendas políticas de movimentos sociais que passaram a reivindicar suas demandas cidadãs em torno de direitos – ao casamento e à adoção, por exemplo –, a crescente inclusão de demandas de movimentos de dissidentes sexuais em instrumentos normativos nacionais e internacionais tem servido como fundamento para conquistas legais e políticas públicas em países diversos, dentre os quais o Brasil. Ainda que os ganhos – jurídicos e políticos – estejam longe do almejado, é possível observar um incremento relevante ao longo das últimas décadas.

Este não é, certamente, um conjunto de conquistas que possa ser contado de forma linear. Entre as garantias alcançadas ao longo das últimas décadas, foram prevalentemente aquelas alcançadas via judiciário que se mantiveram. O que se estruturou via poder executivo, a partir de políticas públicas, foi feito a partir de instrumentos cuja parca estabilidade institucional se viu revelada pelos desmontes pós-golpe parlamentar de 2016. Após a eleição de um governo de um projeto político declaradamente pró-direitos LGBTQIAPN+ em 2022, retoma-se a reestruturação de políticas públicas via executivo, mas não sem claros ataques às populações LGBTQIAPN+ advindos, desta vez, do Congresso Nacional, através de uma das legislaturas mais conservadoras já eleitas na história do país.

Este ambiente de parcial retomada – do qual, deve-se destacar, este dossiê buscou ser parte, ao conclamar reflexões e pesquisas capazes de tornar públicas experiências e considerações acerca das atuais vivências institucionais, afetivas, eróticas, cotidianas etc –, está já distante daquelas décadas anteriores onde as primeiras reivindicações por direitos humanos LGBT emergiram. Da captura colonial-institucional-midiática-racial-capitalista-normativa que passou a autorizar visibilidade para corpos majoritariamente gays e brancos (preferencialmente capazes de performar mimeticamente a masculinidade hegemônica) em telenovelas, narrativas oficiais etc, até as recentes ondas de ódio contra corpos e subjetividades transgênero/travestigênera/não-binaries/intersexo/queer-cuir - por meio da qual parcelas da sociedade brasileira comprometidas com discursos de ódio se sentem autorizadas à prática simbólica e física do extermínio –, a multiplicidade de experiências abrangidas pelo acrônimo LGBTQIAPN+ flertou de forma descontínua e pouco coerente com projetos hegemônicos de captura ou de rechaço.

Ser parte da experiência imediatamente contemporânea, como aludido anteriormente, é tentar entender o que nos é ofertado neste complexo cenário: onde e como nossos afetos, performances e corpos (em toda sua multiplicidade) são aceitos/incorporados/tolerados/violentados? Onde precisamos nos haver com o “menos pior” como forma de garantir alguma conquista que forneça a alguns de nós melhores chances de sobrevivência? Como populações ainda profundamente violentadas e silenciadas por instituições e propostas de mundo hegemônicas (inclusive dentro da chamada “comunidade LGBT”) resistem, subversivamente, e demandam seu direitos à vida, à autodeterminação, expressão, à dignidade?

É importante lembrar que, desde os primeiros ensaios normativos no Norte Global, incômodos significativos – especialmente a partir de certas vertentes intelectuais, como a queer theory – apontam a crescente aliança entre algumas dissidências sexuais e a normatividade da qual estiveram, originalmente, excluídas. O debate em torno da afirmação de direitos se torna, neste contexto, um alvo de críticas: a produção do sujeito homonormativo de direitos revelaria não apenas o esvaziamento de um potencial radicalmente contestatório, mas estaria também a serviço de agendas imperialistas no cenário internacional.

Em termos de Brasil, a questão parece complexa: desde a enunciação dos direitos LGBT+ como direitos humanos em políticas públicas a partir da década de 2000, da fraquíssima institucionalização das demandas de grupos dissidentes e da cristalização sócio-política de conservadorismos autoritários, que se somaram à gestão necropolítica da pandemia do COVID-19, não seria implausível esperar que o ativismo LGBTQIAPN+ abandonasse os direitos humanos

como proposta incapaz de garantir-lhes aquilo que, desde o conceito, vem prometido: a garantia plena de humanidade. Contudo, a aparente retomada do executivo por parte dos progressismos representou, concomitantemente, a reafirmação dos direitos humanos LGBTQIAPN+ como linguagem por excelência para a reconstrução de garantias sinaliza no sentido contrário.

Seria esta uma sinalização de que, tanto quanto as políticas homonormativas, também as insurgências antinormativistas precisam ser pensadas como parte de um projeto importado do Norte Global? Por qual razão o Estado segue como espaço significativo de engajamento para dissidências da matriz de sexo-gênero-desejo, mesmo quando estas colocam-se como corpos/ subjetividades firmemente críticas ao próprio Estado? Como, a partir do Sul Global – pensado não apenas como espaço monolítica e binariamente oposto ao Norte, mas também como conjunto de realidades de centralização e marginalização que se prolongam -, de suas margens, podemos pensar a própria reconstrução dos conceitos de humanidade e de direitos, à medida em que estes são ressignificados a partir de dissidências nos sertões, favelas, florestas, quilombos, territórios indígenas, cidades de interior etc?

Com estas breves ponderações em mente, o presente dossiê reflete dinâmicas da contemporaneidade nos mais diversos sentidos. Alguns artigos estão focados em temáticas não institucionais, como Espaço e Identidade das Travestis em Tempo de Aids em O Travesti (1987), de Adelaide Carraro (da autoria de Jorge da Silva Moreira, Mikael Gomes Dantas, Rubenil da Silva Oliveira, Saulo da Silva Lucena); “Por prazer e por lazer, meu fake me protege!” (de Rodrigo Lemos Soares); e A (re)construção do ser masculino: uma análise do conteúdo no aplicativo Grinder em Juazeiro-BA em 2023 (de Joel Bastos; Lívia da Costa Regis, Ceres Marisa Silva dos Santos). Transitando por temáticas relativas a identidades/processos de identificação, eles apresentam considerações relativas às dinâmicas de construções de gênero em diferentes espaços e temporalidades.

Focando em temáticas institucionais, os demais artigos trazem abordagens concernentes às urgências de nossos dias e, especialmente, das conseqüências de políticas e orientações conservadoras sobre as subjetividades e corpos dissidentes em espaços como escolas, universidades, espaços terapêuticos etc. São eles: Cientificismo e negacionismo no ativismo antigênero do Observatório Interamericano de Biopolítica (de Ana Kelma Cunha Gallas e Olivia Cristina Perez); Consideração sobre a implementação de programas e grupos reflexivos para responsabilização e sensibilização de autores (as) de violência contra a população LGBTQIA+ (de Laize da Fonseca Araujo, Aline Stefany Queiroz Leite e Marcela Montalvão Teti); Entre silêncios e sussurros: LGBTQIAPN+fobia em escolas militarizadas (de Jhonatan Wendell Tavares Ferreira, Heriverto Nunes Mendonça Júnior e Kelly Almeida de Oliveira); Comunidades terapêuticas: reflexões e atravessamentos na subjetividade lésbica (de Luana Medeiros de Sá Lucas e Jeferson Camargo Taborda); Retratos das pesquisas científicas sobre bullying homofóbico no Brasil (de Francisco de Jesus Neves, Clebson Velasque Nogueira e Gustavo Levandoski); A cidadania no contexto LGBTQIA+: saúde, justiça social e direitos humanos (de Wendel Johnson da Silva).

Com imensa satisfação, agradecemos enormemente xs autorxs/autoras/autores que confiaram nesta proposta e ofereceram suas contribuições. Na esperança de que, de alguma maneira, este dossiê possa contribuir para um futuro em que existências LGBTQIAPN+ tenham sua humanidade de direito plenamente realizada no plano da existência, convidamos xs leitorxs/ leitoras/leitores aos excelente textos que seguem.

Organização

Luciano Rodrigues Castro

Daniel Albuquerque de Abreu